



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA**

AUREA FARIAS DA SILVA

O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

**CAMPINA GRANDE
2018**

AUREA FARIAS DA SILVA

O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso ou
Dissertação ou Tese apresentada ao
Programa de Graduação em História
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Matuzalem Alves
de Oliveira

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Aurea Farias da.
O ensino da cultura afro-brasileira na educação pública
[manuscrito] / Aurea Farias da Silva. - 2018.
27 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Matuzalém Alves de Oliveira ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Cultura afro-brasileira. 2. Sistema de educação. 3.
Ensino público. I. Título
21. ed. CDD 305.8

AUREA FARIAS DA SILVA

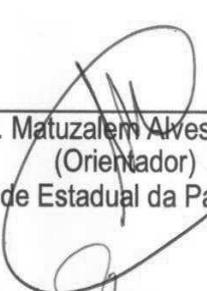
O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Artigo apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História

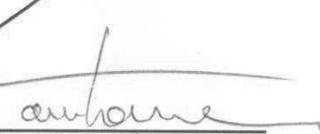
Aprovada em:

06/12/2018

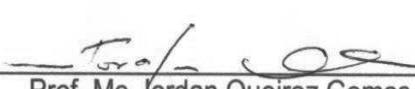
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Matuzalem Alves de Oliveira
(Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Flávio Carneiro de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Jordan Queiroz Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai, pela dedicação, companheirismo
e amizade, *in memoriam*, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que me concede na vida.

Ao meu pai (in memoriam), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força. A esta universidade, especialmente ao Coordenador do Curso de História, o Professor Dr. Matuzalem Alves de Oliveira, ao Professor Mestre José do Egito Negreiro Pereira, à Professora Dra. Lúcia Freire Monteiro, ao Professor Mestre Jefersson Nunes Ferreira, à Servidora Arleide Vicente da Silva

À minha família, pelo incentivo e apoio.

—Agora é hora de sair do vale escuro e
desolado da segregação para o
caminho iluminado da justiça raciall -
Martin Luther King Jr.ll

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....	13
2.1. A educação afro-brasileira nas escolas públicas	16
3. CONCLUSÃO.	24
4. REFERÊNCIAS.....	25

O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

AUREA FARIAS DA SILVA

RESUMO

A discussão do papel da cultura afro-brasileira no sistema de educação tem se tornado o centro das atenções nos últimos anos, especialmente pela importância cada vez maior que os negros vêm ganhando, politicamente falando, na estrutura social brasileira. Ademais, soma-se a isso à evolução dos métodos de ensino bem como na mudança de paradigmas que há muito rebaixavam os negros a meros coadjuvantes da história brasileira e que modernamente os põe em primeiro plano, tais quais os pobres, e demais classes subjugadas pelas elites ao longo de toda a formação da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: cultura afro-brasileira; sistema de educação; mudança de paradigma.

1 INTRODUÇÃO

A questão racial em pleno século XXI ainda é um paradigma para a nossa sociedade e existe uma grande necessidade de buscar métodos mais eficazes para a disseminação da história e a cultura afro, por esta razão eu me propus a pesquisar tais métodos.

Esta pesquisa surge da necessidade da valorização e ampla divulgação da cultura afro-brasileira em nossa escola, o Brasil é um país com ampla população negra e vemos a cada dia mais os costumes, religiões, culinária e demais meios de cultura afro, sendo marginalizadas ou deixadas no escanteio da história de nosso país.

Tais atitudes empobrecem o conhecimento dos estudantes, estes deixam de conhecer e vivenciar uma parte importantíssima da sua história e é necessário que nós, profissionais da educação, retomemos a luta para que a história seja contada enaltecendo todos os seus personagens e perpetuando o conhecimento.

Para Lima (2006, p,31) é necessário desenvolver atividades voltadas para a diversidade cultural para que o aluno possa compreender que ele pode mudar seu cotidiano e ser um ser ativo em sua história. Entretanto é necessário que o aluno tenha o conhecimento necessário para tal façanha.

Para que esse conhecimento chegue ao aluno esse trabalho se propõe a avaliar os métodos atuais de disseminação da história e da cultura afro-brasileira nas escolas e a partir desta avaliação traçar métodos, embasado em pesquisadores da área, para melhor o ensino da história e da cultura afro.

Esse trabalho será desenvolvido através de uma prospecção nos teóricos que estudam a cultura e a história afro, buscando mostrar as limitações e barreiras na sociedade acadêmica, tratando não apenas do contexto histórico, mas abordará também uma reflexão sobre os preconceitos atuais como principal barreira a disseminação da cultura afro.

Não obstante os vastos recursos públicos utilizados para a implementação da lei Federal 10.639 que dispõe, em suma, a obrigatoriedade do ensino da

história da cultura africana e afro-brasileira nas escolas além de outras disposições, somada à responsabilidade dos demais atores sociais envolvidos - governo e sociedade civil – principalmente, a concretização destas ações ainda estão em um nível primário de eficiência, porém com resultados bastante positivos.

Dentre as narrativas mais utilizadas pelos profissionais do ensino, algumas se destacam tais como as ideias de disseminação de um no discurso de pluralidade cultural; o estudo e ensino de história afro-brasileira, focado pelas experiências e contribuições dos negros na formação nacional; o combate ao racismo e ao preconceito e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

2 A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Vivemos em um país multicultural, altamente miscigenado, esta miscigenação não é algo atual, o Brasil surgiu em meio a colonização dos portugueses que trouxeram os primeiros negros da África para serem seus escravos. Esse alto índice multicultural se deve principalmente a esse momento de colonização.

Durante a colonização do Brasil, vários países, além de Portugal, lutavam para colonizar a Terra de Santa Cruz, os franceses, espanhóis, holandeses, são um exemplo de povos que habitaram o Brasil na sua época de colonização, cada povo com sua cultura, além de todos esses povos ainda tínhamos os nativos, chamados de índios, com suas próprias peculiaridades.

Sendo assim, podemos afirmar que o Brasil nasceu da miscigenação de todos os povos que vieram colonizá-lo, além da mistura de diversas tribos dos povos indígenas, bem como a forte influência africana trazida pelos escravos no período colonial, apesar de marginalizado.

Contudo, devido a essa grande variedade de culturas unidas em só lugar, é preciso que cada um entenda e respeite a cultura do outro, para que exista uma harmonia e desenvolvimento mútuo, entretanto não foi bem assim que aconteceu, os diferentes povos quiseram por hegemonizar suas culturas em detrimento da cultura do próximo e com isso surgiu a necessidade de utilizar a educação para pregar a disseminação de uma sociedade multicultural.

Paulo Freire citou a necessidade de se trabalhar de forma multicultural em sala de aula:

A multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas na liberdade *conquistada*, no direito *assegurado* de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada um —para si, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosismo de uma sobre as demais, proibidas de ser (FREIRE, 1992, p. 156).

Freire afirma que a cultura de um povo não deve se sobressair sobre a de outro, ainda mais em uma sociedade multicultural como a nossa, teoricamente esta seria a forma correta de coabitarmos sem que houvesse divergências, todavia, na prática isso pouco ocorre, vemos todo dia uma cultura querendo se sobressair sobre as demais e, na maioria das vezes a cultura menosprezada é a cultura do negro, isto porque em nosso país, o negro era visto como um ser inferior, por conta dos anos de escravização na qual esse povo foi submetido.

É, portanto, necessário que o povo brasileiro, ainda nos tempos de hoje aprenda a conviver em sociedade, e isso só será conquistado através da educação, Braslavsky (2002) afirma que para que o povo viva em harmonia é necessário que dominem e pratiquem o significado da palavra tolerância:

Conviver é chegar a viver juntos entre distintos sem os riscos da violência e com a expectativa de aproveitar de maneira fértil nossas diferenças. O desafio da convivência é basicamente o desafio da tolerância à diversidade e está encontra sua manifestação mais clara na ausência de violência. (Braslavsky, 2002, p.14)

Para que todos possam viver juntos sem os riscos da violência é necessário mudar a forma de educar a sociedade e para isso que temos as escolas, contudo, até certa época as escolas eram responsáveis pelo aumento da discriminação e preconceito com relação a história e a cultura afro-brasileira.

Com o objetivo de minimizar os índices de discriminação racial e inverter o papel que a escola assumia até então, foi necessário rever e mudar as diretrizes curriculares da educação brasileira, para que nesta base curricular tivesse espaço para o ensino da história e da cultura de seu país, que englobasse a cultura afro.

As diretrizes curriculares para o ensino da história e cultura afro-brasileiras legalmente foi instituída em nosso país a pouquíssimo tempo, apenas a 14 anos atrás a legislação brasileira se adequou a esse tema tão importante para a nossa sociedade essa conquista se deu como resultado do parecer CNE/CP 3/2004 que buscava trazer aos nossos parâmetros nacionais curricular a prática da Lei nº 10.639/2003 que trouxe ao nosso país a obrigatoriedade do ensino da história e

cultura afro-brasileira nas escolas de nosso país.

Vejamos o que afirma ABREU E MATTOS (2008) a respeito deste assunto em suas pesquisas:

O parecer e a resolução que instituíram as —Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em março de 2004 e homologadas pelo Ministério da Educação (MEC) em junho do mesmo ano. A resolução foi resultante do Parecer CNE/CP 3/2004, que teve como relatora a conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Câmara de Educação Superior do CNE. As —Diretrizes visam a atender à Lei nº 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do país. (ABREU E MATTOS, 2008, p. 5-6)

Como vemos na pesquisa de ABREU e MATTOS, as resoluções em questão foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE – e homologadas pelo Ministério da Educação – MEC – para só então entrarem legalmente nas escolas brasileiras, entretanto o ensino da cultura e história afro-brasileira já acontecia nas escolas brasileiras.

Para ABREU (2007) a conquista desse espaço na educação nacional é uma vitória política e social do povo negro, através dos movimentos negros e antirracistas, essas vitórias começaram a se consolidar no cenário nacional com as resoluções do MEC que datam do início da década de 1990.

Historicamente nós vivemos em um país que sempre colocou de lado a cultura e história negra, todavia, a história e a cultura negra são presentes em todos os processos históricos de nosso país, com isso a educação da cultura e história afro-brasileira sempre esteve presente no meio educacional, claro que em pouca quantidade e de forma marginalizada.

O MEC buscava então sanar essas barreiras para a disseminação da história e cultura afro-brasileira.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de

reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2004, p. 2)

O MEC buscava com suas resoluções uma solução para o preconceito que assolava as escolas enquanto formava cidadãos melhores, sabemos que a Educação transforma vidas e o MEC buscava através da educação mudar uma cultura de preconceito e desconhecimento que se espalhava nas escolas de nosso país.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados. (BRASIL, 2004, p. 3)

A educação da história e cultura afro-brasileira nada mais é que o cumprimento da constituição federal e a preservação e garantia de que todos têm direito para pleno desenvolvimento, cultural e social e que cada pessoa tem o direito de existir e se fazer lembrada em nosso país.

É necessário que olhemos o ensino da história e cultura afro-brasileira com mais entusiasmo, tendo em vista que em nosso país essa cultura faz parte de nosso cotidiano e é trazida até nós desde os primeiros anos imperial de nosso país, toda a sociedade tem uma dívida muito grande com os afro-brasileiros e todas as atitudes tomadas com o intuito de reparar essa dívida devem ser tomadas, nada melhor do que fornecer conhecimento necessário para que as futuras gerações possam agir de forma diferente que a nossa geração e as gerações passadas.

2.1 A educação afro-brasileira nas escolas públicas

Mesmo sendo cientes de que parte importantíssima da nossa própria história vem da cultura afro-brasileira, o ensino e disseminação dos paradigmas culturais ainda sofrem grande preconceito por boa parte da população, esse tipo de cultura é muito vezes marginalizado e minimizado quando comparada com a nossa cultura atual, deixando de lado que nossa cultura atual descende da cultura afro-brasileira.

Vieira *et al.* (2010) explica de forma clara e concisa o porquê deste preconceito:

A inclusão do ensino da história afro-brasileira no ensino brasileiro desfaz alguns estigmas, mas não suprime o fato dos africanos terem vindo como trabalhadores sem direito algum, vítimas de todo o tipo de violência que perdura até os dias de hoje, onde os mesmos são taxados como de capacidade intelectual inferior, preguiçosos e indolentes. A grande diferença é que hoje algumas lendas inventadas pelos opressores se desfazem. A resistência negra existiu sim. A capacidade de organização social dos africanos, mesmo com a mistura de pessoas vindas de diferentes países da África, com costumes, tradições e línguas diferentes não impediu sua organização social que foi muito bem demonstrada na formação dos quilombos, fazendo com que hoje tenhamos no Brasil uma cultura diferente de qualquer outra que exista na África. A história da África e da cultura africana ainda é vista como desnecessária por parte da população brasileira que acha que no continente só tem selva, animais ferozes, a disseminação da AIDS e pobreza. A realidade do continente africano tem pontos em comum com a nossa. Os governos locais são manipulados pela corrupção dos representantes, o desvio de dinheiro público é uma prática reiterada em vários países. No entanto, essa realidade também é complexa, e certamente não é só isso que o continente tem para mostrar para o mundo. (VIEIRA, *et al.* 2010, p. 42)

Como podemos notar no texto da autora, mesmo com todos os esforços para que o ensino da cultura afro-brasileira aconteça de forma plena em todos os ambientes, muitos ainda não entendem de forma adequada que é necessário tal ensino e, mesmo onde o ensino ocorre em sua totalidade vemos que não desfaz os estigmas criados durante décadas.

É importante lembrar, como destaca a autora que o continente africano é enorme e mesmo com a vinda de africanos de vários locais da África, com costumes, culturas e até o idioma diferente, ao se unirem em nosso país, se

organizaram em uma sociedade com costumes próprios, por esta razão não podemos confundir o ensino da cultura afro-brasileira com o ensino da cultura africana, apesar de parecerem de fato uma coisa só, são muito diferentes entre si.

A cultura afro-brasileira é um conjunto de diversas culturas do continente africano que se misturaram em meio a um ambiente adverso, formaram uma nova sociedade, com costumes miscigenados, línguas miscigenadas, com uma finalidade própria, a de alcançar a liberdade do trabalho escravo ao qual foram impostos.

A cultura afro-brasileira surge a partir da resistência do povo africano, é dos quilombos que surgiu a cultura afro-brasileira e isso impede que a essa cultura exista em qualquer outro país do mundo, inclusive nos países africanos.

Mesmo com todo esse argumento a favor da educação da história e cultura afro-brasileira, a resistência continuou sendo enorme o que culminou com a intervenção do poder legislativo no assunto, foi então que surgiu a lei 11.639/03, esta lei veio com a intenção de modificar a Lei de Diretrizes Básicas da educação brasileira de 1996, essa lei surgiu com a missão de garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas, para assim tentar diminuir a grande lacuna que havia na educação com relação a este tema.

A Lei 11.639/03 foi aprovada pelo Congresso Nacional e simbolicamente sancionada pelo Executivo em 21 de março de 2003 – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial estabelecido pela Organização das Nações Unidas. O processo de implementação da legislação que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional necessitava de um marco regulatório que indicasse as premissas e apontamentos dessa nova realidade para gestores, docentes e comunidade escolar. O Conselho Nacional de Educação regulamentou a legislação através do Parecer CNE/CP 03/2004 e da Resolução CNE/CP 01/2004. Indicadores educacionais apontam a desigualdade que separa as crianças e jovens brancas e negras no acesso à escolarização. Embora haja uma melhoria geral para todos os grupos populacionais na última década, a desigualdade se mantém em quase todos os indicadores. Desde o acesso à creche no início da vida até a oportunidade de cursar o nível superior. Uma política pública que represente mudanças na educação brasileira exige intensos esforços para que as unidades escolares implementem com efetividade a legislação. Ainda há grandes desafios, desde a mudança de paradigma dos livros didáticos na representação estereotipada de negros, até a mudança de comportamento dos professores e de toda a comunidade

escolar pela valorização da diversidade como elemento positivo e desejável na sociedade. Analisando em perspectiva comparada, os dois países (Brasil e Colômbia) possuem marcos regulatórios recentes sobre a questão étnico-racial nas escolas, que necessitam de fortalecimento para garantir o direito das crianças e jovens a uma educação de qualidade não discriminatória. (PADIAL, 2016, p.5)

O autor destaca que existe uma mudança provocada pelas legislações, entretanto ainda existe uma diferença considerável entre os ensinamentos para os brancos e negros, a discriminação ainda continua nas escolas em todos os níveis de ensino, e é notório a necessidade de constante evolução para que se alcance um bom nível de igualdade nas escolas do nosso país.

Visando atender essa necessidade, surgiram novas leis que buscaram complementar a lei 11.639/03, esta lei foi a primeira a surgir após a Lei de Diretrizes Básicas - LDB – para buscar amezinhar as desigualdades raciais existentes. Por esta razão a lei inicialmente não abrangeu todos os níveis da sociedade e muitas coisas foram deixadas de lado.

Com o passar dos anos e as descobertas dessas lacunas na lei, foram surgindo emendas constitucionais e novas leis com a responsabilidade de abranger tudo aqui que a lei anterior não abrangia. Foi então que surgiu a Lei 11.645/2008, que, conforme enunciado no site do planalto —altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena".

Todavia, mesmo não tendo uma boa aceitação nas escolas no seu início, esta lei surgiu como um marco histórico na educação brasileira, ela visa alterar a mentalidade do povo brasileiro através do conhecimento, tendo como foco a valorização dos negros e índios e sua história e cultura (ABRAMOVAY, 2009, p. 205).

A reeducação da população parte do momento em todos conhecem a sua história, com isso observa-se a importância do ensino da história de forma ampla e completa para que nada seja negado ao seu povo, nenhum conhecimento seja

omitido para que assim as populações possam repensar questões importantes para a sociedade, como por exemplo a discriminação racial, os índices de pobreza e as limitações a educação que uma parte da sociedade sofre.

Para entendermos algumas questões sociais é necessário que antes de qualquer coisa conheçamos a origem dessa sociedade, como ela surgiu, quem a compõe, quais suas lutas e conquistas para que tivesse que, de fato, se tornar uma sociedade, apenas mediante o conhecimento histórico é possível mudar o preconceito, para alterar uma imagem formada por falta de conhecimento é necessário disponibilizar o conhecimento para todos.

Vejamos o que diz Connel a respeito da importância do ensino da história nas escolas e universidades de nosso país:

A aparentemente remota disciplina de história do currículo contribuiu de maneira decisiva para se repensar as questões de pobreza e educação. Ela desmistificou o currículo hegemônico, mostrando como ele constitui apenas um dentre vários modos pelos quais o conhecimento poderia ter sido organizado para transmissão nas escolas (CONNELL, 2002, p. 28).

Podemos notar no texto do autor que o ensino da história acaba contribuindo para uma mudança curricular a nível nacional, alterando a hegemonia do currículo tradicional e abrindo uma grande variável de possíveis métodos e maneiras de se ensinar.

Pode-se destacar que quando o ensino da história é falho, falha também a formação do cidadão, seu crescimento intelectual não é completo e, por vezes, esse é o ponto em que surge a discriminação racial, o preconceito e mais um apunhado de mazelas de nossa sociedade.

Isso se agrava ainda mais quando a discriminação racial ocorre no ambiente destinado para a educação, quando a escola não dá o suporte necessário para uma boa formação a respeito da história de nosso país, abre espaço para uma lacuna na personalidade dos cidadãos em formação e essa lacuna costuma ser ocupada por discriminação racial, vejamos o que fala Silva (2012) a respeito da discriminação racial no contexto escolar:

As manifestações da discriminação racial na escola conformam um quadro de agressões materiais ou simbólicas, de caráter não apenas físico e/ou moral, mas também psíquico, em termos de sofrimento mental, com consequências ainda não satisfatoriamente diagnosticadas, visto que incidem cotidianamente sobre o alunado negro, alcançando-o já em tenra idade. Partimos, portanto, da constatação de que a escola é, concretamente, um preditor de destinos profissionais, ocupacionais e de trajetórias de vida, segundo a raça-cor do alunado, repercutindo sobre sua vida social e intrapsíquica, podendo ser um desencadeador ou um entrave ao seu pleno desenvolvimento (SILVA, 2002 p. 14).

Silva deixa claro que a discriminação sofrida em sala de aula é bem mais que uma mera injúria, mas tornasse um problema psíquico grave para a vítima, impedindo o completo desenvolvimento intelectual e social, fazendo assim com nasça a sociedade marginalizada dentro da própria escola.

Conforme essa visão a marginalização da sociedade não é apenas um problema de políticas públicas, mas é antes de tudo, um problema de educação, pois é na escola onde surge o indivíduo marginalizador e a sociedade marginalizada, é por falta de uma educação de qualidade e por deficiência no ensino da história que surge o processo de discriminação social e racial.

Para combater essa realidade é que os livros didáticos de ensino de história passaram a abordar o ensino da cultura afro-brasileira, para que por meio do conhecimento se diminua os índices de marginalização e discriminação em sala de aula, entendo que diminuindo os índices de discriminação na sala de aula diminuirá também em toda sociedade.

Tendo em vista que os alunos são parte ativa da sociedade e mesmo aqueles que são ainda muito jovens, transformarão sua realidade quando adultos, vejamos o que diz Vieira *et al.* (2010) a respeito da adaptação dos livros didáticos ao ensino da história e cultura afro-brasileira:

O silêncio sobre as trajetórias positivas do negro na história pode significar o silêncio sobre o envolvimento com a raça negra, enquanto o equilíbrio da influência europeia não for polemizado pela importância do africanismo na formação da sociedade brasileira. Não foi surpreendente constatar que o espaço do conhecimento é uma disputa de discursos ideológicos pela hegemonia da aceitação da maioria. Ou seja, não se refere a uma simples questão de reconhecimento da própria raça negra sobre a memória de seus antepassados, até porque

a população brasileira já tem acesso a referenciais epistemológicos que afirmem sua identidade cultural. Em contrapartida, tais referenciais não reforçam a identidade cultural negra de forma ampla e positiva na sociedade. Para isso o imaginário social deveria encontrar formas construtivas de conhecimento baseados em uma percepção crítica da importância do negro para a formação do Brasil como nação. Em contrapartida, as principais abordagens da questão racial encontradas nos livros didáticos trazem possibilidades para o debate sobre o racismo no espaço escolar a partir da pesquisa documental. Mesmo diante da conjuntura negativa percebida, o livro didático, enquanto instrumento metodológico para o processo de ensino-aprendizagem continua sendo essencial para a desconstrução da discriminação racial e para a compreensão das diferenças raciais no espaço escolar, sendo na maioria o único instrumento de ensino dos profissionais de educação. Por outro lado, não se pode deixar de polemizar a contínua existência do racismo institucional nas escolas, pela qual o vínculo da obrigatoriedade da legislação acerca da cultura afro-brasileira se torna prejudicado. Em se tratando da representação social da aplicação legal incitada, os sujeitos envolvidos na dinâmica escolar são essenciais, à medida que correspondem à eficácia do embasamento teórico construído para tal. (VIEIRA, *et al.* 2010, p. 42)

Apesar de os negros e/ou pardos serem maioria em nossa sociedade, a sociedade os tratam como minoria como explicitado no começo da citação acima, e como já afirmado por outros autores e constatado por Vieira, a escola é um local de busca pela hegemonia de um pensamento e a disseminação do que está hegemonia prega, mesmo que a hegemonia seja da minoria da sociedade.

Por esta razão surgiu uma série de reivindicações por parte desta —minoriall marginalizada pela sociedade, a fim de igualizar o direito a educação e as oportunidades, tentando minimizar os efeitos dos séculos de retrocesso e desprezo com a cultura deste povo. Padial (2016) explica melhor quais as reivindicações intelectuais do povo negro:

Uma das importantes reivindicações dos movimentos sociais negros, desde o final da década de 1970 foi a baixa escolarização da população negra que relegava toda uma geração de homens e mulheres ao subemprego e a condições desfavoráveis de vida no campo e nos grandes centros urbanos brasileiros. A desigualdade no acesso à educação entre negros e brancos é um grande problema a ser resolvido que advém da abolição da escravidão que não previa nenhum tipo de reparação e integração dos ex-escravizados na economia competitiva que gradualmente desenvolveu-se no século XX. Nas décadas de 1980 e 1990 houve um significativo avanço na garantia de vagas para as crianças no Ensino Fundamental que atingia taxas de cobertura de mais de 90% ao final da década de 1990. Os ativistas e educadores dos movimentos sociais negros argumentavam que os estudantes conheciam quase nada ou muito pouco sobre o continente africano e mesmo sobre a história dos afrodescendentes no Brasil. Toda esta

situação também alimentava o preconceito racial e exclusão dentro do ambiente escolar. A contribuição civilizatória do elemento negro para a formação da sociedade brasileira deveria ser objeto de estudo no currículo escolar em todos os níveis de ensino para a efetivação dos ideais de igualdade democracia. (PADIAL, 2016, p. 4-5)

Como é dito por Padial, os tempos de escravização do povo negro resultou em um atraso social muito grande para os negros, tendo em vista que o acesso à educação era limitado e mesmo após a extinção da escravatura os cargos que lhe eram destinados eram os de menor requisito intelectual o que resultava sempre em uma diferença significativa na renda.

Quando a cultura afro foi levada a debate nos meios de ensino uma das primeiras reivindicações foi a de inserção dos negros no mercado de trabalho de forma digna, isso partindo da inserção dos negros no processo de ensino-aprendizagem.

Padial ainda deixa claro que a partir destes debates sugeriram políticas que vem contribuindo para o acesso dos negros a educação igualitária, mesmo assim ainda existe uma grande luta para que o debate sobre a história e a cultura afro-brasileira seja em todos os níveis de ensino já que, apesar das diversas leis que garantem este ensino, ele não ocorre na pratica em todas as esferas do ensino brasileiro.

No mais, o professor deve exercer o papel de mediador entre o quadro e os seus alunos, mas essa mediação só é possível uma vez que o julgamento de valor seja desconstruído a partir de um olhar sem barreiras nem preconceito que fazem com que a informação chegue de forma distorcida, pois os alunos desconhecem os conceitos, as propriedades da cultura afro-brasileira.

Esta cultura possui como marco a existência de uma série de aspectos religiosos que divergem da tradicional brasileira que é em sua grande parte cristã. A forma como a cultura é apresentada pode contribuir para os conflitos inter-regionais sobretudo no tocante à forma como os grupos interagem com seus deuses o que já diverge dos rituais cristãos. Por exemplo, a adoração a vários deuses.

Sendo assim, o aluno pode ser ensinado a receber as informações e interpretá-las e cabe ao professor o ensino sem julgamento de valor, sem preconceito, com harmonia e veracidade.

3 CONCLUSÃO

Após tudo que foi exposto, percebe-se que a escravidão e o subjugamento das culturas brasileiras —esquecidas, especialmente a afro-brasileira deixaram marcas muito mais profundas na sociedade brasileira, além dos inúmeros estigmas que marcaram a vida dos negros no Brasil, ainda tiveram que conviver por muito tempo com o ensino de história completamente voltada às elites, para quem os negros e pobres não passaram de uma ferramenta para consecução de seus fins, ou meros coadjuvantes na história.

No entanto essa é uma realidade que está cada vez mais se tornando a exceção, pois, consoante foi demonstrado, a cultura afro-brasileira passa por uma verdadeira revolução quanto ao paradigma no sistema de ensino brasileiro, no que tange à mudança de papel, sendo tal que os negros saem das —sombras e passam à luz através das modernas práticas de integração e interação no âmbito escolar, as quais passam a cada vez mais promover a conscientização, tolerância e desenvolver a importância de um dos povos mais importantes na construção da sociedade mundial.

Além disso, com o advento da Lei 10.639 a penetração da cultura afro nas escolas e nos materiais didáticos não mais como coadjuvantes, mas sim como personagens principais na transformação da sociedade foi dado um passo importantíssimo criando um dever ao professor e um direito ao aluno de ensinarem e aprenderem respectivamente sobre a importância cultura afro na história.

Acrescentar o tema nos currículos dos profissionais docentes em formação é também essencial para capacitar os futuros professores para combater o preconceito e colocar o negro no seu papel de direito como agente transformador da sociedade e não mero observador serviente.

THE TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN PUBLIC EDUCATION

AUREA FARIAS DA SILVA

THE TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN PUBLIC EDUCATION

AUREA FARIAS DA SILVA

ABSTRACT

The discussion of the role of Afro-Brazilian culture in the education system has become the center of attention in recent years, especially due to the growing importance that blacks have been gaining, politically speaking, in the Brazilian social structure. In addition, it is added to the evolution of the teaching methods as well as in the paradigm shift that had long depressed the black ones to mere auxiliaries of the Brazilian history and that puts them in the foreground, such as the poor, and other classes subjugated by the elites throughout the formation of Brazilian society.

Key-words: Afro-Brasilian culture; education system; change of paradigma.

4 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. et al. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2009.

ABREU, Martha. 2007. Cultura imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. SOIHET, R. & GONTIJO, R. (orgs.). *Cultura política e leituras do passado, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj.

BRASLAVSKY, Cecília (org). **Aprender a viver juntos: educação para a integração na diversidade**. Educação do trabalhador, n° 3. Unesco, IBC, SESI, UnB. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais/ Temas Transversais. 1998.

———. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

CONNELL, Robert W., —Pobreza e Educação, in: GENTILI, Pablo (org.), *Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (org). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores em história e cultura afro-brasileira e africana*. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Salvador, BA, 2006.

MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha. Em torno das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas" - Uma conversa com historiadores. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, out. 2008. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1291>>. Acesso em: 27 Abr. 2018.

PADIAL, Leon Santos. A diversidade étnico-racial negra nos currículos escolares e colombianos: desafios e possibilidades. **Universidadeanos do ii simpósio internacional pensar e repensar a américa latina de Brasília**, São paulo, v. 2, n. 1, p. 1-10, jan. 2016

SILVA, HÉDIO JR. *Discriminação Racial nas Escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002

VIEIRA, Clarice Barbosa. A questão racial e a cultura afro-brasileira, um estudo sobre os livros didáticos. **Universidade de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-85, jan. 2010